

# Emendas para 86 não alteram a essência

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, disse ontem, após despacho com o presidente José Sarney, que as emendas introduzidas no projeto de ajuste econômico do governo para 1986 não alteram a substância do pacote, porque garante um ganho real para a classe assalariada a partir de janeiro, já que a redução do recolhimento na fonte aumenta o seu poder real de compra.

Funaro assegurou que os assalariados que tenham um só emprego e recolherem na fonte em 1986, não terão nenhum imposto a pagar quando fizerem a declaração de renda, em 1987. "Nenhum nível de salário pagará na fonte acima do que teria a pagar; nem terá que pagar qualquer adicional superior ao que já descontou na fonte", disse o ministro da Fazenda.

A emenda congressional que eleva de dez para 15 ORTN a obrigatoriedade de devolução do imposto retido na fonte este ano já em 1986, para Dílson Funaro, provocará uma evasão de receita substancial para o governo, mas ele espera arrecadar, adicionalmente, em valores de hoje, cerca de Cr\$ 18 trilhões, o que, conforme a inflação, dará algo em torno de Cr\$ 60 a 60 trilhões, suficientes para permitir que o déficit público seja reduzido dos 2,5% do PIB, atualmente, para 0,5% do PIB, em 1986.

O ministro garantiu, após audiência com o presidente José Sarney, que o Executivo não está predisposto a vetar nenhuma das emendas votadas no Congresso, porque elas

não desfiguram, em substância, o que foi proposto pelo governo. "A aprovação do Congresso foi importante porque dá o respaldo da aprovação popular", disse Funaro.

Para ele, "o País avançou no que diz respeito ao pagamento do Imposto de Renda pessoa física, pois até agora o assalariado de baixa renda foi quem sustentou o governo. Agora, quem ganha até cinco salários mínimos está simplesmente isento com benefício para 1,5 milhão de pessoas. Os que ganham mais vão recolher na fonte exatamente aquilo que teriam a pagar, nem mais nem menos. Assim, já em janeiro, o assalariado vai sentir que teve um benefício real em seus ganhos. A par disto, teremos uma política social e de distribuição de renda".

Dílson Funaro manifestou a certeza de que a carga adicional tributária para 3.800 empresas, provocada pelo recolhimento antecipado do imposto de um ano para seis meses, não será repassada para os preços dos produtos. "Estas empresas já estão no Conselho Interministerial de Preços e nós vamos segurar por lá. Elas podem muito bem compensar os aumentos de custos com os ganhos de crescimento que tiveram este ano, e com a sustentação do crescimento em 1986."

O ministro da Fazenda informou que a retirada do projeto de privatização de empresas estatais não impedirá que se dê curso à privatização das empresas já listadas pelo presidente da República, e à "redemocratização" de outras empresas, mantendo-se o controle acionário em mãos da União.